

# Observatory on Structures and Institutions of Inequality in Latin America

## WORKING PAPER SERIES

#7

*Entre Trabalhadores, Mulheres Brancas e  
Homens Negros: política e saberes a partir e  
com o feminismo negro das trabalhadoras  
domésticas sindicalizadas.*

**Joaze Bernardino-Costa**

January, 2008

Center for Latin American Studies  
University of Miami

## **Contate informação**

Joaze Bernardino-Costa

Doutor em Sociologia

Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFG

E-mail: [joazebernardino@uol.com.br](mailto:joazebernardino@uol.com.br)

## **Resumo**

Este texto recupera a história de organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil desde 1936 até aos dias atuais. Ao longo destes anos de mobilização política, as trabalhadoras domésticas sindicalizadas têm construído saberes e uma agenda política que interconectam classe, gênero e raça. Esta interconexão permite às trabalhadoras domésticas elaborarem uma proposta político-intelectual de um feminismo negro a partir do ponto de vista daqueles sujeitos mais destituídos de poder econômico, político e simbólico.

**Palavras-chaves:** trabalhadoras domésticas, sindicatos, feminismo negro

## **[In English]**

### **Between Workers, White Women and Black Men: Politics and Knowledge from and within Unionized Female Domestic Workers' Black Feminism**

## **Abstract**

This paper recovers the history of female domestic workers' political organization in Brazil since 1936. During these years of political organization the unionized female domestic workers have built a body of knowledge and a political agenda that interconnect the notions of class, gender and race. This interconnection allows them to elaborate a black feminist political and intellectual project from the point of view of people devoid of economic, political and symbolic power.

**Key-words:** female domestic workers, unions in Brazil, black feminism

## Apresentação<sup>1</sup>

A categoria profissional dos trabalhadores domésticos equivale a 6,9% da População Economicamente Ativa (PEA), correspondendo a 6.65 milhões de brasileiros. Trata-se de uma ocupação com um predomínio quase absoluto de mulheres: 93,2% dos trabalhadores domésticos são do sexo feminino. Se considerarmos a proporção de trabalhadoras domésticas entre as mulheres economicamente ativas, este índice corresponderá a 14,26%. Destas, 59,3% são negras e 40,3% são brancas. A sobre-representação de trabalhadoras domésticas negras se torna mais evidente quando nos damos conta que a PEA feminina é composta de 47,6% de mulheres negras e de 52,1% de mulheres brancas. Outra maneira de enxergar este predomínio de mulheres negras entre as trabalhadoras domésticas é permitida através da seguinte formulação: considerando a PEA feminina, de cada 100 mulheres brancas ocupadas, 11 são trabalhadoras domésticas e de cada 100 mulheres negras participantes da PEA, 18 são trabalhadoras domésticas (Cf. PNAD/2005).

O trabalho doméstico guarda fortes traços do trabalho escravo. Em decorrência disso, as integrantes desta categoria sócio-ocupacional convivem diariamente com processos de desumanização: assédio moral, assédio sexual, violência física, racismo, sexismo. Não bastasse este tratamento desumano que ocorre sobretudo no espaço doméstico, o Estado tem protelado ao máximo o pleno reconhecimento jurídico da categoria. A título de exemplo, a Constituição Federal de 1988 possui um parágrafo único no capítulo dos direitos sociais restringindo a aplicação de todos os direitos às trabalhadoras domésticas. Dos 34 direitos sociais expressos no artigo 7º da Constituição somente 9 se aplicam às trabalhadoras domésticas.

Frente a esta realidade, as trabalhadoras domésticas têm se organizado politicamente desde a década de 1930. Atualmente existem aproximadamente 101 mil trabalhadoras organizadas em sindicatos, o que corresponde apenas a 1,6% do total de trabalhadoras domésticas. Dentre as trabalhadoras filiadas a sindicatos 61,1% delas são negras (Cf. PNAD/2005).

---

<sup>1</sup> Versão preliminar deste texto foi apresentada na mesa redonda “Interfaces entre estudos de gênero e estudos étnicos” do seminário internacional: “Fábrica de Idéias: 10 anos de experiência”.

Embora sejam freqüentes os processos de desumanização das trabalhadoras domésticas, a história de luta política das trabalhadoras domésticas é uma luta heróica tanto do ponto de vista social quanto individual. Não somente as trabalhadoras domésticas têm estado presente nas poucas conquistas políticas da categoria, como também têm resignificado suas vidas através da militância política.

Trata-se de um sindicalismo heróico em que têm sido elaboradas estratégias de resistência e de resignificação das suas biografias.

Este artigo propõe-se a falar desta história de organização. Propõe-se também a pensar a partir do lócus de enunciação das trabalhadoras domésticas como uma posição estratégica para a elaboração de um saber e de uma agenda política, que desafiam e colocam importantes questões às interpretações baseadas somente em classe social, gênero ou raça. Em seu lugar, a partir da posicionalidade social e epistêmica das trabalhadoras domésticas, torna-se importante falar da interconexão entre classe, raça e gênero. Através desta interconexão emerge uma proposta de um feminismo negro atento às especificidades daquelas atoras mais destituídas de poder econômico, político e simbólico.

Para tanto, este artigo divide-se em três partes. A primeira parte discute a possibilidade do/a subalterno/a falar e ser escutado/a, o que por sua vez implica a necessidade de pensar o papel do/a intelectual. A segunda parte propõe-se a recuperar brevemente o histórico de organização das trabalhadoras domésticas, onde procuramos salientar a progressiva incorporação das interpretações baseadas em classe, gênero e raça pelo movimento. E, finalmente, a terceira parte propõe-se a pensar na possibilidade de construir saberes e uma agenda política a partir da perspectiva das trabalhadoras domésticas.

## **O Subalterno e o Papel do Intelectual**

Falar a partir e com as trabalhadoras domésticas remete a uma narrativa que questiona a interpretação hegemônica da sociedade brasileira que insiste na

complementaridade e harmonia entre os ‘pólos antagônicos do sistema social brasileiro’. Esta interpretação hegemônica da sociedade brasileira não somente esteve articulada à construção do Estado-Nação, como produziu as narrativas discordantes como inexistentes. Portanto, tentar recuperar a narrativa das trabalhadoras domésticas a partir dos seus sindicatos permite-nos colocar ‘a realidade excluída no centro das coisas’ (Said, 2003: 4).

O que estamos mencionando como interpretação hegemônica das relações sociais brasileiras foi sintetizada por Gilberto Freyre e, desde então, tem sido cantada e decantada pelas diversas formas de expressão cultural do país, adaptando-se ao momento histórico.

Gilberto Freyre não só reconstrói como cria uma interpretação do Brasil a partir da casa grande e senzala, o que nos permite visualizar uma “história-mítica” das trabalhadoras domésticas e da divisão sexual e racial do trabalho. Para Freyre, a casa-grande e a senzala se constituem na unidade de entendimento do Brasil. Freyre, um autor fortemente comprometido com um projeto de construção da nação, argumenta que senhores e escravos, brancos e negros estavam hierarquicamente integrados na casa-grande e senzala, complementando-se. Assim, sua historiografia, fortemente baseada na história íntima da família brasileira, defende que inauguramos um sistema social democrático tanto do ponto de vista econômico quanto racial aberto à mobilidade social de negros e pobres. Todavia, a ascensão social se daria preferencialmente pela miscigenação, cujo produto seria o/a chamado/a mulato/a. A miscigenação, por sua vez, ocorreria principalmente através da escrava de casa: a mucama. Neste sistema social, a escrava de casa seria hierarquicamente superior às escravas da senzala e, conseqüentemente, desfrutaria de alguns privilégios. Do relacionamento íntimo entre família patriarcal e escrava redundaria o mulato, o filho bastardo do senhor de engenho e da escrava de casa, que, ao invés de se revoltar contra o seu pai, por não ser reconhecido como filho legítimo, imitava-o, através da assimilação de valores europeus (Cf. Freyre, 1990). O resultado desta fórmula é, segundo a narrativa do autor em questão, a chamada democracia racial, ou seja, a raça deixa de ser um elemento significativo para a ascensão social das pessoas, sendo decisiva a sua competência, mensurada pelo grau de proximidade aos valores europeus.

Embora Freyre reconheça o conflito, a violência, a opressão, o sado-masoquismo, estes são eclipsados em prol de uma interpretação que não somente valoriza a harmonia entre os pólos antagônicos, mas sanciona negativamente interpretações baseadas no conflito e violência.

Esta interpretação ainda hegemônica da nação Brasileira tem sido combatida há pelo menos meio século, porém ainda hoje vemos tentativas de reeditá-la. Uma das características desta interpretação, assim como dos seus atuais adeptos e defensores, é o silenciamento daqueles que produzem interpretações dissonantes. Em outras palavras, têm sido produzido interpretações sobre o Brasil em que os subalternos não são escutados e/ou quando são escutados são deslegitimados por não terem uma compreensão neutra e objetiva da realidade social. Aliás, diga-se de passagem, a interpretação hegemônica define a si mesma como neutra, objetiva e universal.

Ao realizar uma pesquisa sobre os sindicatos das trabalhadoras domésticas confrontamo-nos diretamente com a mencionada interpretação hegemônica da sociedade brasileira. Esta preocupação inicial remete-nos a escutar aquelas atoras que foram produzidas como inexistentes pelo pensamento social brasileiro e, também, conduz as nossas reflexões ao papel do intelectual.

Falar na possibilidade de escutar a voz do outro-subalterno, remete-nos à discussão do importante texto *Can the Subaltern Speak?* de Gayatri Chakravorty Spivak (1994).

Spivak inicia este artigo, escrito originalmente em 1988, problematizando com as concepções de Foucault e Deleuze (2002), que defendem no texto *Os Intelectuais e O Poder* a indignidade do intelectual de falar pelos outros, posto que aqueles que agem podem falar por si mesmos. Para a autora indiana, esta argumentação é problemática em dois sentidos.

Primeiramente, é preciso distinguir os dois sentidos do termo representação: “*representation as ‘speaking for’, and representation as ‘re-presentation’, as in art or philosophy*” (Spivak, 1994: 70). O que acontece é que nem sempre existe a coincidência entre aqueles/as que agem (no sentido de *re-presentation*) e aqueles/as que falam (no sentido de *speaking for*). Assim, aqueles/as que agem frequentemente são

representados/as por outros/as. Existe um abismo entre a representação (*speaking for*), que normalmente é desempenhada pelo/a intelectual, e a representação (*re-presentation*) que é desempenhada pelo homem e pela mulher comum, que efetivamente agem. Ou seja, a '*re-presentation*' não necessariamente implica em '*speaking for*', sendo necessária a presença de um/a intelectual para a atividade propriamente política.

Em segundo lugar, para Spivak, outro problema na argumentação de Foucault e Deleuze a respeito do papel do intelectual é a divisão internacional do trabalho. Nas nações européias marcadas pelo estado do bem-estar social, pelo respeito às leis, com índices menores de pobreza, a possibilidade dos subalternos falarem é maior. Se esta questão for colocada a uma nação como a Índia, a resposta provavelmente não será positiva. “No contexto de produção colonial, o subalterno não tem história e não pode falar, o subalterno, como feminino, tem estado mais profundamente na sombra” (Spivak, 1994: 83). Conseqüentemente, para a autora em questão, o trabalho de representação do intelectual comprometido com a narrativa subalterna é inadiável no contexto das nações do terceiro mundo: “a solução intelectual é não se abster da representação (do subalterno)” (Spivak, 1994:80).

O texto de Spivak suscitou inúmeras discussões, especialmente (mas não exclusivamente) entre intelectuais feministas. A feminista panamenha, Linda Alcoff, retoma esta discussão num artigo intitulado *The Problem of Speaking for Others*.

De acordo com Alcoff (2006), a tese de que se deva falar pelo outro tem gerado inúmeros questionamentos e pelo menos dois problemas são reconhecidos. Primeiro, um problema de ordem epistemológica: quando alguém fala, o sentido e a verdade do que é falado são afetados. Assim, ninguém pode assumir que transcende os condicionamentos da sua localização. Segundo, certos privilégios discursivos são politicamente perigosos, isto é, a prática de pessoas privilegiadas falarem pelos outros têm resultado, em muitos casos, no aumento e fortalecimento da opressão e preconceitos aos quais estas pessoas estão submetidas (Cf. Alcoff, 2006: 2)

Porém, Alcoff, reconhecendo a validade dos questionamentos acima, argumenta que simplesmente adotar a atitude de falar por si mesma/o levanta dificuldades similares e pode ser equivalente ao abandono da nossa responsabilidade política, resultando num

estilo de vida yuppie narcisista (*a narcissistic yuppie lifestyle*). Assim, Linda Alcoff defende que antes de posicionamentos genéricos sobre esta questão, é necessário que ela seja contextualizada e suas conseqüências avaliadas:

*“Enquanto alguns de nós gostaríamos de enfraquecer, por exemplo, a prática do governo norte-americano de falar pelo ‘Terceiro Mundo’, nós não gostaríamos de enfraquecer a habilidade de alguém como Rigoberta Menchu de falar pelos indígenas guatemaltecos. Portanto, a questão que emerge é se todas as instâncias de falar pelos outros deveriam ser condenadas e, se não, como poderíamos justificar uma posição que repudia alguns enquanto aceita outros?” (Alcoff, 2006:3).*

Embora sejam inquestionáveis do ponto de vista teórico os problemas de se falar pelos outros, talvez o mesmo não possa ser afirmado genericamente. Em algumas situações particulares, a prática de falar pelos outros talvez se configure como a melhor solução. Entretanto, somente poderemos ter certeza sobre isso, como insiste Alcoff, avaliando as conseqüências deste ato:

*“Não é sempre que quando outros diferentes de mim falam por mim que eu fico numa pior ou quando eu falo por outros que eles terminam numa pior. Algumas vezes, como argumenta Loyce Stewart, precisamos de um mensageiro (messenger) para advogar por nossas necessidades” (Cf. Alcoff, 2006: 14).*

Certamente acredito que não podemos nos livrar da necessidade de falar pelos outros, em alguns contextos. Porém isso deve ser avaliado em contextos concretos, como recomenda Linda Alcoff, sobretudo pelo fato de que os problemas de se falar pelos outros existem e são pertinentes.

Ademais não é sempre que o subalterno não pode falar, sobretudo aqueles contemporâneos a nós. Insistindo na pista deixada por Alcoff de que devemos contextualizar o nosso posicionamento, defendo que as trabalhadoras domésticas sindicalizadas podem e tem falado em diversas circunstâncias. Porém, isto não significa que elas têm obtido êxito na escuta das suas falas. Deste modo, proponho-me –

semelhanamente aos pressupostos da filosofia da liberação de Enrique Dussel – a escutar o/a outro/a e pensar e falar teoricamente a partir e com ele/ela (Cf. Dussel, 1996).

Falar e pensar a partir e com as trabalhadoras domésticas sindicalizadas não se constitui numa tarefa menor em contextos como o Brasil, um país que estruturou uma *épistémé*<sup>2</sup> – que orienta a produção de não-especialistas e não-acadêmicos de todas as classes sociais – a partir do ponto de vista da elite. Neste sentido, narrar os fenômenos sociais a partir do ponto de vista do/a subalterno/a torna-se uma tarefa desafiadora, que contamina a narrativa dominante, desestabilizando os significados culturais hegemônicos. Em outras palavras, tomando como ponto de partida a visão dos/as subalternos/as, podemos olhar o mundo de ângulos críticos à perspectiva hegemônica.

Esta discussão sobre o papel do intelectual implica a seguinte discussão: Somente o homem negro poderá falar com e a partir do homem negro? Somente a mulher negra poderá falar com e a partir da mulher negra? Somente o homem negro pobre poderá falar com e a partir do homem negro pobre? Somente a mulher negra pobre poderá falar com e a partir da mulher negra pobre? E assim por diante.

Esta questão foi indiretamente abordada por Ramón Grosfoguel (2007), onde este autor combate a ‘balcanização’ que deriva das políticas identitárias, que acabam reproduzindo o essencialismo do discurso hegemônico. Em seu lugar ele propõe uma identidade na política, entendida como a possibilidade de construir solidariedade ética entre os diversos grupos subalternos. Nas palavras de Grosfoguel:

*“Muito diferentes das identity politics são as “identidades na política”. Estas últimas se baseiam em projetos ético-epistêmicos abertos a todos, não importa a origem étnico-racial da pessoa. (...) Isso quer dizer que não há correspondência entre a identidade ético-epistêmica do projeto e a identidade étnica/racial dos indivíduos que militam em tais movimentos. Por conseguinte, de forma muito diferente das identity politics, não se exclui nada que apóie o projeto por razões de origem étnico-racial” (Grosfoguel, 2007: 33).*

---

<sup>2</sup> Foucault define *épistémé* da seguinte maneira: “Épistémé é o aparato que torna possível separar não o verdadeiro do falso, mas o verdadeiro do que não pode ser caracterizado com científico” (Foucault, 2002 *apud* Spivak, 1994: 94)

Feito estas observações e ciente de que não posso afirmar que transcendo os condicionamentos da minha posição de homem negro e professor universitário – para mencionar apenas de algumas adscrições –, proponho-me a pensar com e a partir das trabalhadoras domésticas sindicalizadas. Faço questão de salientar que minha intenção não é representá-las, nem tampouco essencializar um ponto de vista das trabalhadoras domésticas.

## **Movimento Social das Trabalhadoras Domésticas no Brasil**

Em minha tese de doutorado, intitulada *Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias das descolonização e saberes subalternos*, procurei abordar de maneira pormenorizada o movimento das trabalhadoras domésticas no Brasil desde o seu nascedouro, na década de 1930, até os dias atuais. Para tanto realizei pesquisa naqueles sindicatos considerados estruturais para o movimento das trabalhadoras domésticas<sup>3</sup>: (a) o Sindicato de Campinas, (b) o Sindicato de São Paulo, (c) o Sindicato do Rio de Janeiro, (d) o Sindicato da Bahia e (e) o Sindicato de Recife. Realizei também pesquisa junto a Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos<sup>4</sup>, a Fenatrad. Ao longo da pesquisa, foi inevitável não recuperar a história da Associação dos Empregados Domésticos de Santos<sup>5</sup>, fundada por Laudelina de Melo Campos. Além disso, procurei recuperar as resoluções dos congressos nacionais organizados pela categoria<sup>6</sup>. Ao longo

---

<sup>3</sup> Existem aproximadamente 40 sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Além dos pesquisados durante a minha pesquisa de doutorado destacam-se em importância histórica e, devido a atuação política, os sindicatos de Belo Horizonte e Porto Alegre, que já organizaram três Congressos Nacionais, os sindicatos do Maranhão, de Belém do Pará e de Nova Iguaçu, devido a importantes atuações políticas na atualidade.

<sup>4</sup> Utilizo o termo trabalhador doméstico no masculino somente quando faço referência à pessoa jurídica. Em todas as outras ocasiões utilizo o termo no feminino, pois foi este termo que encontrei nas falas e nos materiais impressos (boletins, jornais, atas etc.)

<sup>5</sup> O termo empregado/a doméstico/a também só foi utilizado quando se tratou de pessoa jurídica. As trabalhadoras domésticas a partir da década de 1980 deliberaram a substituição deste termo por “trabalhadora doméstica” a fim de fortalecer a luta pelo enquadramento trabalhista da categoria.

<sup>6</sup> As trabalhadoras domésticas já realizaram nove congressos nacionais. Eles foram os seguintes: 1º Congresso Nacional, em São Paulo, 1968; 2º Congresso Nacional, no Rio de Janeiro, 1974; 3º Congresso Nacional, em Belo Horizonte, 1978; 4º Congresso Nacional, em Porto Alegre, 1981; 5º Congresso Nacional, em Recife, 1985; 6º Congresso Nacional, em Campinas, 1989; 7º Congresso Nacional, no Rio de Janeiro, 1993; 8º Congresso Nacional, em Belo Horizonte, 2001; 9º Congresso Nacional, em Salvador, em

destas sete décadas de organização o que tem sido constatado é uma articulação da atividade política em torno das interpretações de classe, de gênero e de raça.

O movimento das trabalhadoras domésticas tem início em 1936, através da atuação de Laudelina de Campos Melo, quando esta funda a Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos. Explicitamente, esta pioneira organização das trabalhadoras domésticas, tinha o objetivo de conquistar o *status* jurídico de sindicato, uma vez que este poderia negociar com o Estado o reconhecimento jurídico da categoria e, conseqüentemente, os direitos trabalhistas. Ou seja, neste momento tratava-se inquestionavelmente da reivindicação da igualdade jurídica perante as outras categorias trabalhistas, uma vez que a diferença as inferiorizava. A exclusão das trabalhadoras domésticas, neste momento, não se restringiria somente ao não direito à sindicalização, mas envolveria também a não regulamentação da profissão pela CLT, em 1943<sup>7</sup>.

Se a exclusão dos direitos trabalhistas era o carro-chefe da primeira organização política das trabalhadoras domésticas no país, não devemos interpretar como simples coincidência o fato desta associação ter sido fundada por uma militante do movimento negro da época. Laudelina de Campos Melo (1904-1991) já militava em organizações negras, desde 1920, em Poços de Caldas/MG, em Santos/SP e na capital paulista. Já na década de 1930, Laudelina tinha contato com militantes de associações negras de São Paulo, sendo inclusive uma militante da Frente Negra Brasileira (Cf. Pinto, 1993).

A partir da década de 1960, há um segundo momento de crescimento e fortalecimento do movimento das trabalhadoras domésticas. Esta década foi precedida por discussões da situação da trabalhadora doméstica na sociedade brasileira feita especialmente por organizações do movimento negro. A título de exemplo, o Teatro Experimental do Negro tinha entre os seus quadros Arinda Serafim, uma trabalhadora doméstica, que mobilizou as suas companheiras para as aulas de alfabetização do TEN e as envolveu nos estudos dos direitos das trabalhadoras domésticas (Cf. Sermog &

---

2006. Recuperei as resoluções de cada um desses congressos na minha pesquisa (Cf. Bernardino-Costa, 2007).

<sup>7</sup> O artigo 7º da Consolidação das Leis Trabalhistas dizia o seguinte: “Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam: (a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou a família, no âmbito residencial destas”. (Cf. Silva, 1994).

Nascimento, 2006). Além disso, percebemos também, em 1950, o acompanhamento das discussões do Projeto de Lei do então Deputado Café Filho, que visava regulamentar a profissão e garantir os primeiros direitos positivos às trabalhadoras domésticas, no jornal *O Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, editado e dirigido por Abdias do Nascimento (Cf. Nascimento, 2003: 79).

Indubitavelmente importante para o novo fôlego do movimento das trabalhadoras domésticas na década de 1960 foi a atuação da igreja católica através da Juventude Operária Católica (JOC)<sup>8</sup>. Se o TEN estava concentrado no eixo Rio-São Paulo, a igreja católica estava espalhada em todo território brasileiro, de modo que a atuação da JOC foi importante para o desenvolvimento do movimento das trabalhadoras domésticas em diversos estados brasileiros. Já em 1958, a JOC realizou uma Conferência Nacional onde chama a atenção para o amparo legal às trabalhadoras domésticas, que até aquela oportunidade continuavam totalmente ausentes das regulamentações jurídicas positivas. Em 1960, a JOC realiza o Primeiro Encontro Nacional de Jovens Empregadas Domésticas no Rio de Janeiro, que reuniu 24 trabalhadoras domésticas de várias regiões do país. No ano seguinte a JOC também realizou o Primeiro Congresso Regional, em Recife, que reuniu trabalhadoras do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco (Cf. Soares, 2002).

É importante mencionar que a JOC era uma organização voltada para os trabalhadores em sua acepção universal. Porém, as trabalhadoras domésticas estavam deslocadas nas reuniões da JOC devido à peculiaridade da sua situação frente aos demais trabalhadores, que já estavam enquadrados nas leis trabalhistas do país, enquanto as trabalhadoras domésticas ainda estavam lutando pelas primeiras regulamentações. Devido a este fato foram formados grupos específicos de trabalhadoras domésticas ligados à JOC. Odete Maria Conceição, uma das fundadoras da Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro, menciona esta incompatibilidade entre o movimento operário em geral e o movimento das trabalhadoras domésticas:

---

<sup>8</sup> A JOC foi um braço da Ação Católica Operária, um movimento da igreja católica fundado pelo padre belga José Cardijn (1882-1867), que consistiu numa mobilização dos leigos que respondiam ao apelo do Papa Pio XI (Encíclica Urbano Dei, 1922) para que dessem um testemunho da sua fé no meio em que viviam (Cf. Soares, 2002).

*“ uma vez por mês a gente (os diversos grupos de trabalhadoras domésticas em diferentes paróquias do Rio de Janeiro) se reunia todo mundo junto, e daí a gente foi vendo a diferença que havia entre nós e os outros trabalhadores, que os outros tinham seus sindicatos, tinham seus direitos, e a doméstica não tinha nada. Então foi daí que a gente foi vendo a necessidade da gente ter alguma coisa pra defender a gente” (Odete Maria da Conceição, membro-fundadora da Associação e do Sindicato do Rio de Janeiro. Entrevistada por mim)<sup>9</sup>.*

Muito em decorrência da atuação da JOC, baseada no método ver-julgar-agir, surgiram algumas Associações de trabalhadoras domésticas no país, que partilhavam uma interpretação classista da relação trabalhadora doméstica e patroa/patrão combinada com a especificidade da condição da trabalhadora doméstica. Esta especificidade, até este momento, para os grupos que se constituíram através deste impulso inicial dado pela JOC, não era vista como resultante da condição racial. Entretanto, isto não significa que a condição da trabalhadora doméstica, na oportunidade, não era, tanto no discurso das trabalhadoras domésticas quanto da sociedade em geral, associada à manutenção e reprodução de condições colonial-escravocratas. Entre as Associações e grupos de trabalhadoras domésticas que surgem, na década de 1960, como uma decorrência do trabalho da JOC, podemos mencionar as associações ou grupos de Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Piracicaba, Porto Alegre, entre outras.

Ao mesmo tempo em que surgiam associações e grupos a partir da JOC – porém não subordinado à Igreja Católica –, Laudelina de Campos Melo atuava, desde 1959, em Campinas para a fundação da Associação dos Empregados Domésticos de Campinas. Ao invés de um papel predominante da Igreja Católica, encontramos em Campinas uma articulação com o movimento negro, especialmente o Teatro Experimental do Negro de Campinas, e com o movimento sindicalista. Em 1955, quando Laudelina de Campos Melo chega a Campinas, ela se indigna com a discriminação contra as trabalhadoras domésticas negras nos anúncios de emprego dos jornais daquela cidade. A partir daí, ela

---

<sup>9</sup> Durante a pesquisa, entrevistei 26 trabalhadoras filiadas à Fenatrad e aos seguintes sindicatos: Sindicato do Rio de Janeiro, Campinas, São Paulo, Recife, Bahia. Todas as entrevistadas autorizaram-me a citar os seus nomes reais.

entra em contato com o jornalista Bráulio Mendes, integrante do TEN, e acabam – segundo os depoimentos de Laudelina – com os anúncios racistas nos jornais daquela cidade. Depois deste primeiro contato, Laudelina e Bráulio Mendes desenvolveriam outras atividades juntos. Se Laudelina de Campos Melo tinha esta relação próxima com integrantes do movimento negro campineiro, o mesmo pode ser dito em relação ao movimento sindical. A Associação dos Empregados Domésticos de Campinas teve, desde o seu nascedouro, relações muito próximas com sindicatos de Campinas e funcionava num espaço físico que era compartilhado por mais treze sindicatos, destacando-se o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Imobiliária de Campinas. A Associação de Campinas recebeu forte apoio deste Sindicato, inclusive para a redação do estatuto. Além disso, a Associação se nutria dos debates e cursos de formação destes sindicatos. Ao que tudo indica, a sinergia entre movimento negro e sindicalismo estava presente no surgimento e atuação da Associação de Campinas.

Assim, na década de 1960, o movimento das trabalhadoras domésticas ganha uma dimensão nacional sendo fruto da interação da JOC, do movimento negro e do movimento sindical. Obviamente que as contribuições destas organizações se apresentam de maneira diferenciada em cada associação e grupo.

Tudo indica que a Igreja Católica – mediante a JOC – tenha sido decisiva para que o movimento ganhasse uma dimensão nacional, porém esta percepção da necessidade de um movimento nacional surge internamente ao movimento das trabalhadoras domésticas na sua luta pela regulamentação profissional e pela conquista de direitos. Isto se evidencia quando Laudelina de Campos Melo, ao entrar em contato como Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, em 1967, com o fim de solicitar a inclusão das trabalhadoras domésticas entre as categorias profissionais beneficiadas pelas legislações trabalhistas vigentes à época, recebe como resposta deste a necessidade de que a categoria das trabalhadoras domésticas se organize nacionalmente:

*“(em virtude da postura do ministro Jarbas Passarinho) nós entramos em contato com os outros estados, com os outros municípios, onde já tinha (realizado) outros congressos, onde já tinha outras Associações e (trabalhamos) para a fundação de mais Associações (...) A Igreja*

*ajudou muito a gente, ia atrás das Associações, (por meio) do pessoal de igreja (que) entrava em contato com as entidades sindicais dos locais, pedindo apoio. Então a gente tinha uma massa consistente pra poder brigar” (Laudelina de Campos Melo: entrevista realizada por Elisabete Pinto, 2003).*

A combinação desses fatores - movimento negro, sindicalismo e igreja católica – permite o surgimento de um movimento nacional das trabalhadoras domésticas. Se, em 1960, o Primeiro Encontro Nacional das Jovens Trabalhadoras Domésticas, realizado no Rio de Janeiro, ainda foi realizado sob os auspícios da JOC, o Primeiro Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, realizado em São Paulo, em 1968, foi fruto da ação autônoma das trabalhadoras domésticas. Isto, todavia, não significa que as trabalhadoras domésticas não tenham recebido apoio da igreja católica.

Durante esta fase do movimento das trabalhadoras domésticas, em sua dimensão nacional, predomina a interpretação classista da condição da trabalhadora doméstica. Tanto nas organizações do Rio de Janeiro quanto do Recife, estudadas por nós, percebe-se a predominância deste discurso. Cabe destacar, que a própria interpretação da igreja católica também é uma interpretação classista. O que se formula nesta ocasião até meados da década de 1980 é uma compreensão da luta da trabalhadora doméstica como uma luta de classes, como revela o depoimento de Lenira Carvalho, uma das líderes do movimento neste período:

*“quem leva a luta de classe para dentro da casa é a empregada doméstica. Dentro de uma família tem todos os problemas, tem problema afetivo, tem problema de tudo, mas não tem o problema de classe. Quem leva o problema de classe é a empregada” (Lenira Carvalho, membro-fundadora da Associação e do Sindicato de Recife. Entrevistada por mim).*

É esta compreensão que se tem também do movimento nacional, quando se observa as resoluções dos Congressos Nacionais. Não se trata de dizer que as interpretações racializadas e até de gênero não estavam presentes, mas de perceber que a articulação política se dava em torno da demanda de serem reconhecidas como

pertencentes à classe trabalhadora e, conseqüentemente, serem equiparadas em termos de direitos aos outros trabalhadores. Esta era uma conseqüência natural do fato das trabalhadoras domésticas somente terem sido reconhecidas pela legislação trabalhista em 1972, ainda de maneira extremamente restritiva, conquistando, na ocasião, apenas o direito à carteira de trabalho, direito à férias e à previdência social<sup>10</sup>. Neste sentido, a luta incidia sobre a efetivação destes poucos direitos e sobre a conquista de outros já compartilhados por outras categorias.

As campanhas desenvolvidas durante este período - inícios da década de 1960 a meados da década de 1980 – tinham como foco o reconhecimento classista-profissional das trabalhadoras domésticas, onde diversas associações lançaram-se à campanha da trabalhadora morar na sua própria casa e romper com a concepção de membro da família. Destaca-se, nesta campanha, a pesquisa e vídeo produzidos pela Associação de Recife, em parceria com o Centro Josué de Castro, O Quarto de Empregadas, cuja principal mensagem é a da ruptura dos laços afetivos com a família empregadora como condição para a conscientização classista das trabalhadoras domésticas.

É interessante observar que mesmo sendo o discurso classista o carro chefe da campanha pela moradia, categorias colonial-raciais estavam presentes. Frequentemente se verifica a identificação do quarto de empregadas com senzalas e da casa da patroa/patrão com a casa-grande, do trabalho doméstico com o trabalho escravo.

Entretanto, não há dúvida de que no horizonte das trabalhadoras domésticas estava o reconhecimento profissional que dependia, por sua vez, do reconhecimento das trabalhadoras domésticas como integrantes da classe trabalhadora. Desde o nascimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), as associações das trabalhadoras domésticas viram o intercâmbio e interação com esta entidade como uma meta. Para se ter uma idéia, em 1983, a Associação do Rio de Janeiro, uma das mais atuantes do país em nível nacional à época, participou do Congresso Nacional dos Trabalhadores (Conclat), em

---

<sup>10</sup> As trabalhadoras domésticas já tinham sido contempladas na Lei Ordinária da Previdência Social, em 1960, e na lei 5.316, de 1967, ganhando o direito a se filiar à previdência social e à cobertura dos acidentes de trabalho; respectivamente. Porém, tratavam-se de direitos facultativos, cuja arrecadação dependia inteiramente das próprias trabalhadoras domésticas.

São Bernardo, sendo a sua presidente – Anazir Maria de Oliveira, a Zica – eleita para a coordenação da entidade.

Ao mesmo tempo, as associações e grupos ainda tinham muita desconfiança em relação ao movimento feminista, embora começasse um tímido envolvimento:

*“Na TV Educativa – Nair Jane e Tereza num programa sobre a libertação da Mulher, deram o seu depoimento sobre o assunto: ‘se a emancipação das patroas é se livrarem do trabalho doméstico, saírem por aí e nos tornarem cada vez mais escravas nas suas casas, então não vemos libertação”. ( Boletim da Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Município do Rio de Janeiro, fevereiro de 1980)<sup>11</sup>.*

Embora em menor intensidade, esta desconfiança – especialmente entre a organização do Rio de Janeiro – se mantém até os dias atuais. Porém, para o movimento das trabalhadoras domésticas em escala nacional, o movimento feminista tem sido um importante interlocutor.

A interação e intercâmbio com o movimento feminista passa a acontecer de maneira mais intensa e freqüente a partir do 5º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas em Recife, quando a Ong feminista SOS Corpo, de Recife, passa a prestar assessoria à realização do Congresso e à Associação de Recife, especificamente.

Em escala nacional, o movimento feminista – apesar de continuar as desconfianças – se tornaria um parceiro definitivo das trabalhadoras domésticas na Constituinte, quando encampou o projeto de lei das trabalhadoras domésticas. A melhoria do relacionamento com as entidades feministas ocorre paralelamente à decepção com o movimento sindical, quando este não oferece o apoio esperado às trabalhadoras domésticas durante a Constituinte.

*“Na Constituição, a gente não teve nenhum apoio da CUT. A CUT não colocou a gente em nenhuma proposta dela. Quem botou a gente foram as feministas. Tinha uma proposta só das empregadas domésticas, mas*

---

<sup>11</sup> Recuperei e analisei durante a pesquisa documentos e boletins informativos produzidos por cada um das Associações e Sindicatos pesquisados.

*você tinha quase que ter um percentual de assinaturas, que a gente não conseguiu” (Lenira de Carvalho, membro fundadora da Associação e do Sindicato de Recife. Entrevistada por mim).*

O período entre o 5º Congresso Nacional, em Recife, em 1985 e a promulgação da Constituição, 1988, foi de intensa mobilização entre as trabalhadoras domésticas, com inúmeras visitas à Brasília, com o objetivo de pressionar os constituintes para estenderem alguns direitos à categoria.

Após a Constituição e com a conquista de apenas alguns dos direitos historicamente demandados, a busca do pleno reconhecimento profissional ainda continuou sendo a tônica não mais das Associações, mas dos Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas, uma vez que o direito de sindicalização tinha sido conquistado.

Em escala nacional, o período após a Constituição foi o período de ascensão do Sindicato de Campinas, que ficou com as atividades interrompidas de 1968 a 1983, e posteriormente do Sindicato da Bahia, que inicia as atividades enquanto grupo na década de 1970, consolidando-se efetivamente também no início dos anos de 1980.

No período entre 1960 e meados da década de 1980, o movimento nacional foi capitaneado pelos Sindicatos do Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre – estados que inclusive foram responsáveis, no mencionado período, pela organização de Congressos Nacionais. Nesta fase, predominaram também as interações com a igreja católica<sup>12</sup> e com o movimento sindical-classista, tendo pouco espaço os intercâmbios com o movimento feminista e o movimento negro. Com a conquista de maior espaço nacional dos Sindicato de Campinas e o da Bahia, as interpretações e motivações políticas raciais e feministas ganham mais espaço entre o movimento nacional das trabalhadoras domésticas. Não se trata de dizer que as interpretações classista-sindicais desapareceram ou foram invalidadas, porém que há um

---

<sup>12</sup> A interação e o intercâmbio com a igreja católica foram e têm sido seletivo. As trabalhadoras domésticas se vincularam à ala progressista da igreja católica, opondo-se explicitamente à ala conservadora da igreja que interpretava o trabalho doméstico de acordo com o mito de Santa Zita, isto é, a trabalhadora doméstica como um meio para a realização e felicidade da família empregadora. Contrariamente a esta perspectiva, as trabalhadoras domésticas se nutriram e se nutrem das contribuições da ala progressista, institucionalizada na JOC, na pastoral da doméstica e, personalizada, em figuras como Dom Helder Câmara.

reposicionamento dos fatores, passando a ter uma maior abertura às interpretações raciais e de gênero. Isso se deve, em primeiro lugar, ao fato de que historicamente o Sindicato de Campinas e o da Bahia terem vínculos com o movimento negro. Em segundo lugar, deve-se ao diálogo já iniciado com o movimento feminista na primeira metade da década de 1980 e o fortalecimento do mesmo naquela década e nas seguintes.

No plano nacional a força do Sindicato de Campinas se manifestaria após o 6º Congresso Nacional, realizado em 1989, sob a responsabilidade de Campinas, e se consolidaria a partir de 1997, quando a presidente do Sindicato, Anna Semião de Lima, torna-se a primeira presidente da Fenatrad – Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos -, criada naquele ano.

Este período, como falamos acima, não é de negação dos vínculos com o movimento sindical, mas de reposicionamento das ligações com o movimento negro e feminista. O movimento sindical continuou importante para as trabalhadoras domésticas, tendo a Fenatrad se filiado à CUT e à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviço (CONTRACS), em 1999, desenvolvendo a partir daí atividades com a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras da CUT. Porém, também neste período, como um resultado de um processo que já tinha se iniciado em meados dos anos de 1980, consolidam-se as interações e o intercâmbio com o movimento negro e feminista. Além disso, o movimento das trabalhadoras domésticas ganha uma projeção também internacional, através da intensificação da participação nas atividades da Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar (Conlactraho), de entidades internacionais, sobretudo, ligadas ao feminismo e ao movimento negro e de combate ao trabalho infantil, como a OIT e o UNICEF.

A partir de 2001, no 8º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, até os dias atuais a direção da Fenatrad está a cargo de Creuza Oliveira, originalmente do Sindicato da Bahia. Através da gestão de Creuza Oliveira, militante do MNU/Bahia desde a década de 1980, e dando continuidade ao trabalho já iniciado por Anna Semião de Lima, as interpretações raciais e de gênero - sobretudo das feministas negras – são fortalecidas dentro do movimento das trabalhadoras domésticas.

Através da presidência de Creuza Oliveira, o movimento das trabalhadoras domésticas tem alçado novos vôos. Dentre estes vôos, destacam-se as candidaturas de Creuza Oliveira a vereadora em 1996, 2000 e 2004 e a deputada federal em 2006.

Quanto às candidaturas é interessante observar as avaliações da própria Creuza acerca do preconceitos da sociedade soteropolitana em geral e da própria trabalhadora doméstica, em específico, em relação à sua candidatura. Além disso, destaca-se nessa avaliação a percepção da necessidade da trabalhadora doméstica, através de uma eventual candidatura bem sucedida, ter a possibilidade de falar para a sociedade mais ampla e ser ela mesma a defensora dos seus interesses junto aos órgãos legislativos, seja municipal, estadual ou nacional.

*“Pra chegar à categoria é mais difícil. Para a categoria ter mais consciência do que é votar em Creuza ou numa companheira da categoria é mais difícil porque ela até acha assim: ‘ela não vai fazer nada’. É aquela coisa de não acreditar no seu igual. Aquela coisa de só acreditar no doutor, o homem, o branco (...) Fazer este trabalho de conscientização não é fácil e ainda ouvir aquela coisa ‘eu vou votar em empregada doméstica?’. Nesses dias eu tava na escola e a professora falou que ela começou a fazer a campanha dentro da escola porque ela ouviu uma aluna, trabalhadora doméstica, dizendo assim: ‘eu vou votar numa graxeira?’. Graxeira é uma palavra diminutiva, discriminadora, de coisa sem valor. Ela usou pra falar de mim, quando eu era candidata. Aí a professora disse que ficou abismada com aquilo e disse ‘Creuza, eu aí passei a fazer campanha, porque eu fiquei abismada em ver uma trabalhadora doméstica, negra, falando uma coisa dessa de uma outra trabalhadora igual a ela’ (...) Porque a candidatura de Creuza não é a minha candidatura, mas é a candidatura da nossa categoria, do sindicato, do movimento negro, do movimento de mulheres. Então quando a gente aceita o desafio de lançar o nome de Creuza, isso significa dá visibilidade às trabalhadoras domésticas, às mulheres negras, porque quando as trabalhadoras domésticas vêem Creuza disputando um pleito eleitoral,*

*ela vê que ela é capaz também. ‘Se Creuza pode, eu também posso’ e ela vai se espelhar como eu já me espelhei em Benedita da Silva, em Zumbi dos Palmares, em Dandara, na Dona Laudelina de Campos Melo, em Lenira, que eu conheci quando fui para o Congresso de 85. Eu me espelhei nessas companheiras pra dizer ‘Eu posso! Eu sou capaz’. Então, a candidatura no meu nome é pra isso, pra que essa trabalhadora passe a ver que nós temos que está em todos os lugares e que nós temos que ter os nossos próprios porta-vozes pra tá falando das nossas necessidades” (Creuza Oliveira, presidente da Fenatrad. Entrevistada por mim).*

Aliás, podemos mencionar também o reconhecimento público de Creuza Oliveira, que não é o reconhecimento de uma única mulher, mas o reconhecimento de um coletivo de mulheres, as trabalhadoras domésticas, representadas por ela. Em 2004, Creuza recebeu dois prêmios: prêmio Revista Cláudia para mulheres que se destacaram na realização de trabalhos sociais e o prêmio pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça como reconhecimento da sua luta pela erradicação do trabalho infantil doméstico. Além disso, na condição de presidente da Fenatrad, ela fez parte, no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Conselho de Políticas da Mulher, da Secretaria Especial para Mulheres, e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, ambas ligadas à Presidência da República.

### **Entre trabalhadores, mulheres e homens negros.**

Ao longo dos anos de organização do movimento político das trabalhadoras doméstica tem sido elaborado tanto uma agenda política quanto saberes que articulam as perspectivas de classe, gênero e raça. A elaboração desta agenda política e destes saberes têm se dado não através da teoria, senão através do dia-a-dia. Assim, as trabalhadoras domésticas tem se dado conta da opressão de classe, entre gêneros e intra gênero e de raça através das suas próprias vidas.

Fundamental também para a elaboração desta agenda política e destes saberes tem sido a construção de uma rede nacional e internacional de atores subalternos, que envolve intelectuais e ativistas pertencentes ao movimento sindical, feminista, negro, feminista negro, entre outros.

Esta agenda política e saberes têm uma potencialidade desestabilizadora das perspectivas hegemônicas nacionais, sindicais, feministas e, até mesmo, anti-racista. Ao mesmo tempo, como corolário, tem um potencial de elaboração de um projeto de liberação<sup>13</sup> devido ao fato de ser proposto por aquelas que não tem um/a outro/a para oprimir (hooks, 200: 16).

Ao longo da história política do movimento das trabalhadoras domésticas constata-se uma narrativa que contrasta nitidamente com a festejada narrativa ainda hegemônica da nação. Ao escutar as trabalhadoras domésticas sindicalizadas, emergem histórias de violência e opressão que transcorrem no contexto doméstico. A partir dos múltiplos olhares das trabalhadoras domésticas sindicalizadas a narrativa que exalta a complementaridade e a harmonia não se sustenta. O que escutei durante a pesquisa foram histórias pessoas de violência física, sexual e moral contra as trabalhadoras domésticas.

A radicalidade do feminismo que emerge das trabalhadoras domésticas sindicalizadas consiste exatamente na possibilidade de elaborar uma crítica ao sindicalismo e feminismo hegemônico, assim como também a um movimento negro – especialmente de homens negros - estritamente acadêmico. Parafraseando Sueli Carneiro (2003a e 2003b), podemos dizer que ao articular as perspectiva de classe, raça e gênero, o feminismo negro das trabalhadoras domésticas enegrece e femininiza as demandas do movimento sindical, enegrece o feminismo e femininiza o movimento negro a partir da posição social e enunciativa daquelas mais destituídas de poder econômico.

Nos mais de 70 anos de organização da categoria, a luta tem sido pelo reconhecimento das trabalhadoras domésticas como integrantes da classe trabalhadora. O que deve se expressar pela igualdade de direitos e pelo cumprimento dos mesmos. Ao

---

<sup>13</sup> Por projeto de liberação refiro-me ao projeto transmoderno da filosofia da liberação de Enrique Dussel (1996), assim como também me refiro ao projeto de descolonização do grupo de pesquisa modernidade/colonialidade (Walter Mignolo, Anibal Quijano, Catherine Walsh, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres etc.). Em síntese, trata-se de um projeto de realização daqueles que foram negados pela modernidade européia (Cf. Bernardino-Costa, 2007)

mesmo tempo, porém, as trabalhadoras domésticas sindicalizadas percebem que somente a demanda por igualdade não é suficiente devido à especificidade de raça e gênero.

A crítica ao movimento sindical e à interpretação fundada unicamente na classe tem se dado ao longo do movimento quando as trabalhadoras domésticas aprofundam suas interpretações acerca das suas condições sociais e estabelecem solidariedade com os movimentos feministas e negros. Desde remota data, as trabalhadoras domésticas sindicalizadas perceberam que o racismo e o sexismo também estavam presentes entre sindicalistas. Portanto, para a realização de um efetivo projeto de liberação demandam que as dimensões de gênero e raça sejam contempladas.

Inquestionavelmente importantes para a história de consolidação do movimento político das trabalhadoras domésticas, os movimentos feministas e negros não estão isentos de críticas quando suas propostas e atuações não sinalizam para a contemplação das trabalhadoras domésticas também.

O feminismo restrito à questão do sexismo baseado no binarismo macho opressor *versus* fêmea oprimida (Cf. Bairros, 2000) tem sido considerado como insuficiente pelas trabalhadoras domésticas, sobretudo porque ele sinaliza para a liberação somente da mulher-patroa, que para isso, muitas vezes, oprime a mulher-trabalhadora doméstica.

Durante a pesquisa pude constatar inúmeras falas que corroboram esta radicalidade do feminismo negro das trabalhadoras domésticas direcionado ao feminismo hegemônico de mulheres brancas de classe média:

*“A Associação tem participado dos movimentos de mulheres, mas a gente reconhece que a nossa luta é diferente. Mas não custa discutir junto, já que a maioria da nossa categoria é de mulheres e esses movimentos de mulheres são também de libertação como a nossa Associação. A situação de todas as mulheres não é igual, como sabemos. Nós somos trabalhadoras e estamos reivindicando direitos em face de outras mulheres, as patroas, que não respeitam os nossos direitos” (Boletim da Associação Profissional das Empregadas Domésticas do Município do Rio de Janeiro, dezembro de 1985).*

*“Enquanto uma mulher, para se libertar, oprime outra mulher não haverá libertação e tão pouco igualdade entre as mulheres” (Boletim do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Município do Rio de Janeiro, dezembro de 1995)*

*“A própria mulher branca, bate na trabalhadora, na outra mulher, porque é negra” (Francisca Gonçalves dos Santos, Secretária do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia. Entrevistada por mim)*

*“O movimento feminista quando começou era formado de mulheres brancas e acadêmicas (...) Mas, nós mulheres da periferia quando a gente começou a participar do movimento feminista o linguajar era de doutores. Se você for ver as feministas de 20 anos atrás eram doutoras, da academia. O movimento feminista começou dentro da academia, nas universidades e tal. Hoje o movimento feminista já tem um linguajar mais voltado para a população da periferia, das mulheres negras, índias. Mas antigamente era um linguajar muito difícil. A gente sempre tem batido nessa questão. Ainda existe isso, as pessoas aprendem a falar como acadêmicas e esquece que a população, ou a maioria, não teve oportunidade de chegar na academia. Quem participava do movimento feminista no começo eram as mulheres brancas e patroas. E sempre eu falo. Uma vez teve uma companheira feminista que se chateou comigo: ‘Ah! Não diga isso’. Porque quando eu disse a ela: ‘nós, trabalhadoras domésticas, somos discriminadas e violadas nos nossos direitos por todos: pelas mulheres que estão no movimento feminista, que tá lá gritando liberdade sexual, direito à maternidade, direito a não sei o que, ao mercado de trabalho. Mas ela não quer que a mulher doméstica, trabalhadora doméstica, negra, que tá lá dentro da casa dela, estude, não quer que tenha a sua vida sexual ativa, não quer que tenha filho, não quer que tenha a sua cidadania, que participe politicamente’” (Creuza Oliveira, Presidente da Fenatrad. Entrevistada por mim)*

A crítica ao movimento negro ocorre quando este deixa de considerar a realidade vivenciada pelos setores populares da sociedade, especialmente, as trabalhadoras domésticas.

*“Aqui em Recife a gente sempre achou que o movimento negro é muito elitista, é muito acadêmico. Não há um movimento negro popular”.*  
*(Nila Cordeiro, membro-fundadora da Associação e do Sindicato de Recife. Entrevistada por mim)*

Embora esta crítica ainda exista, o que se observa no caso específico do movimento negro é uma crescente sensibilização para a realidade da mulher negra pobre, o que não poderia ser diferente dado a proeminência alcança por algumas intelectuais e ativistas negras, que têm feminizado o movimento negro.

Esta progressiva sensibilização à temática evidencia-se nas palavras de Creuza Oliveira:

*“A participação dentro do MNU com a nossa categoria foi mais intensiva num Congresso que eu participei e cobrei deles o apoio a nossa luta, enquanto categoria de trabalhadoras domésticas. Naquela época quando eu comecei a participar eu não fui convidada. Comecei a participar como cara-de-pau. Comecei a participar porque o movimento era acadêmico, só tinha militantes negros da academia, tipo assim, universitários, doutorando (...) Quando eu participei pela primeira e segunda vez de uma reunião, eu vi lá o linguajar todo difícil, acadêmico que eu nem sabia o que era, linguajar de academia. Eu sabia que era difícil de eu entender e tal o que eles falavam. Eu disse: ‘bem, o linguajar deles é difícil, eu não entendo quase nada do que eles falam aqui, mas eu sei que a questão tem a ver comigo, porque estão falando de negro. E independentemente deles serem doutores ou terem uma condição melhor que a minha, como trabalhadora doméstica, tem a ver também porque eu sou negra’. Então eu achei que ali era o meu lugar e dali não saí. Fui ficando, fui ficando e já tem anos que eu*

*participo do MNU” (Creuza Oliveira, Presidente da Fenatrad. Entrevistada por mim).*

## **Concluindo**

Falar a partir e com as trabalhadoras domésticas sindicalizadas equivale a pensar de uma realidade produzida como inexistente, o que permite colocar a narrativa silenciada no centro das coisas. Portanto, para este trabalho é fundamental realizar o que Enrique Dussel nomeia como escuta ética, entendida como a escuta à interpelação provocativa daqueles que não são reconhecidos pelo sistema. A escuta ética é um aspecto fundamental da filosofia da liberação porque questiona a ‘normalidade’ do mundo cotidiano. Portanto, trata-se de uma maneira de afirmar a exterioridade do sistema e transcender os limites da razão e da política moderna (Cf. Dussel, 1996).

A interpelação provocativa das trabalhadoras domésticas realiza-se devido ao fato de que elas falam de uma posicionalidade questionadora do movimento sindical masculinizado e embranquecido, do movimento feminista branco e de classe média e do movimento negro masculinizado e acadêmico. Neste sentido, importa salientar que se trata de um lócus de enunciação que permite um olhar que interconecta raça, classe e gênero tanto para a elaboração de uma agenda política quanto para a elaboração do saber.

O ato de valorizar uma narrativa que emerge das margens da sociedade nacional e dos movimentos sindical, feminista e anti-racista cumpre a promessa utópica do feminismo negro assinalada pela intelectual negra norte-americana, bell hooks:

*“...somos o grupo que não foi socializado para assumir o papel de exploradores/opressores, portanto não nos foi permitido a institucionalização de um ‘outro’ que poderíamos explorar ou oprimir (...) Tanto Mulheres brancas quanto os homens negros têm o seu ‘outro’. Eles podem agir como opressores e podem ser oprimidos. Os homens negros podem ser vitimizados pelo racismo, mas o sexismo permite a eles agirem como exploradores e opressores das mulheres.*

*As mulheres brancas podem ser vitimizadas pelo sexismo, mas o racismo permite a elas agirem como exploradoras e opressoras das pessoas negras (...) As mulheres negras sem nenhum 'outro' institucionalizado que elas possam discriminar, explorar ou oprimir têm uma experiência de vida que desafia a estrutura social e ideologia classista, sexista e racista da sociedade (...) É essencial para a contínua luta feminista que as mulheres negras reconheçam a vantajosa posição da sua marginalidade e façam uso desta perspectiva para criticar a hegemonia dominante do racismo, do classismo e do sexismo, assim como para vislumbrar e criar uma contra-hegemonia (hooks, 2000: 16).*

Por fim, cabe assinalar que o desafio consiste não somente em reconhecer as trabalhadoras domésticas ao estilo de uma concessão político-liberal, porém trata-se de pensar uma outra realidade social onde todos/as se realizem, o que, portanto, requer a fundação de uma nova sociedade que tenha espaços para todos/as. Acredito que este seja o sonho utópico que anima a construção do movimento político das trabalhadoras domésticas, assim como também anima outros/as ativistas e intelectuais comprometidos com transformações sociais.

## **Bibliografia**

ALCOFF, Linda Martín (acesso em dezembro de 2006) “The Problem of Speaking for Others”. Disponível em: <<http://www.alcoff.com/content/speaothers.html>> (originalmente publicado em: Cultural Critique, winter 1991-92, pp. 5-32).

BAIROS, Luiza (2000) “Lembrando Lélia Gonzáles 1935-1994”. Disponível em: [http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n23\\_p347.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n23_p347.pdf)

BERNARDINO-COSTA, Joaze (2007) *Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias da Descolonização e Saberes Subalternos*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília/Departamento de Sociologia, Brasília, 274pp.

- CARNERIO, Sueli (2003a) “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania (orgs.) *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora. Pp. 49-58.
- \_\_\_\_\_ (2003b) “Mulheres em Movimento”. In: *Estudos Avançados* 17 (49); p. 117-132.
- DUSSEL, Enrique. (1996) *Filosofia de La Liberación*. Bogotá: Editorial Nueva America.
- FOUCAULT, Michel e DELEUZE, Gilles (2002) “Os intelectuais e o Poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze”. In: FOUCAULT, Michel (2002) *Microfísica do Poder*. RJ: Edições Graal
- FREYRE, Gilberto (1992) *Casa-Grande & Senzala*. RJ: Record.
- GONZÁLES, Lélia (1982) “O Movimento Negro na Última Década” In: Gonzáles, Lélia & Hasenbalg, Carlos (1982) *Lugar de Negro*. RJ: Marco Zero.
- GROSGOUEL, Ramón (2007) “Dilemas dos Estudos Étnicos Norte-Americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais” in: *Revista Ciência e Cultura (Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência)*, Ano 59, número 2; pp. 32-35.
- hooks, bell (2000) *Feminist Theory: From Margin to Center*. Cambridge: South End Press Classics.
- NASCIMENTO, Abdias (2003) [1948-1950] *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*. Edição fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento. SP: FUSP/Ed. 34.
- PINTO, Elisabete Aparecida (1993) *Etnicidade, Gênero e Trajetória de Vida de Dona Laudelina de Campos Melo (1904-1991) – Volume I – Dissertação de Mestrado*. Unicamp/Faculdade de Educação. 493pp.
- SAID, Edward (2003) *Cultura e Política*. SP: Boitempo Editorial.

SERMOG, Ele & NASCIMENTO, Abdias (2006) *Abdias Nascimento: o griot e as muralhas*. Rio de Janeiro: Pallas.

SILVA, Otacílio P. (1994) “Empregados Domésticos”. In: Barros, Alice Monteiro de (coord.) (1994) *Curso de Direito do Trabalho: estudos em memória de Célio de Goyatá*. SP: Ltr. (Obra em 2 vol.), pp. 364-379.

SOARES, Odete de Azevedo (2002) *Uma História de Desafios: JOC no Brasil – 1935/1985*. Rio de Janeiro. S. ed.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (1994) “Can the Subaltern Speak?” In: Willians, Patrick and Chrisman, Laura (ed.) *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: a reader*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, pp. 66-111.

### **Outras Fontes**

Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Município do Rio de Janeiro – Boletim informativo. 1980 – 1988 (números avulsos).

Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro – Boletim Informativos. 1988 a 2005 (números avulsos).